

Etapas e limites da globalização da cultura institucional: o caso dos museus

Margarida Lima de Faria¹

Resumo

A “museologia”, como é hoje internacionalmente entendida, só tem início em Portugal, após a revolução de Abril. Até aí, a instituição-museu foi um projecto de Estado, a guardiã dos ícones e dos suportes narrativos da ideologia nacionalista e colonialista. Com o 25 de Abril, o museu inicia uma nova trajectória ligada por um lado a uma nova concepção, democrática, de cidadania e participação; por outro, de descentralização e afirmação da diferença. Se este último processo ainda não se consolidou embrenhado que está em relações, algo tensas, entre o papel do Estado e do poder local, tem hoje de lidar com outra dimensão talvez menos perturbadora mas que vem ganhando importância: a globalização da cultura e da informação e o desfazer das barreiras entre instrução e lazer, cultura “cultivada” e a produzida pelas indústria de cultura; o alargamento social do público escolarizado e a intensificação dos fluxos de turistas assim como a “culturação” das suas aspirações e expectativas.

Procurarei definir o papel da instituição-museu por referência a uma ideia de “tempo evolutivo” e de “tempo instantâneo” e percebê-la enquanto espaço cultural do *establishment*, tenha este uma dimensão nacional ou local.

Procurarei discutir as tensões actualmente existentes entre identidades locais e as instituições que as personificam e os esforços de estandarização do poder central no contexto das relações poder central-poder autárquico no Portugal dos anos 80/90.

Finalmente, farei a ligação destes fenómenos de confronto e afirmação nacional/local e transnacional, às “quatro formas de produção da globalização” definidas por Boaventura Sousa Santos em recentes publicações, terminando com algumas considerações sobre possíveis desenvolvimentos da museologia portuguesa.

Introdução

Os *museus* foram criados por uma elite, e para essa elite, tendo progressivamente visto alargar os seus propósitos à ideologia do *establishment* e a uma concepção política e pedagógica de Estado, quando este adquire o monopólio da educação e da cultura. Procedendo à laicização da arte, separando-a da contemplação mística, ou religiosa, o *museu* consubstanciou a separação, moderna, do sujeito do objecto estético, o qual passa a ser investido da capacidade de perpetuar memórias e de servir uma concepção estatal, e ocidental, de História e de poder. Com o progressivo alargamento da escolarização, os museus colhem ainda em seu proveito, os efeitos do valor atribuído à cultura cultivada, como forma de ascensão social. Reflectem igualmente a crescente valorização do património, e do próprio tempo histórico, na construção de uma identidade nacional ou local, pelo modo como manipulam tempos passados e os impregnam de temporalidades presentes, oscilando entre um “tempo” entendido como recurso ligado ao poder, com possibilidade de instrumentalização e de criação de hierarquias entre povos; ou um tempo contextual que admite diferenças e variação de intensidade de experiências assim como dos seus ritmos e modos de pressão simbólica.

Tentar-se-á com a presente comunicação definir algumas linhas do debate teórico sobre a *produção da globalização*, na forma como se reflecte nas instituições-museu em Portugal, ou seja analisar o cenário museológico português da actualidade, através da articulação entre as suas

¹ Centro de Etnologia Ultramarina
Instituto de Investigação Científica Tropical
Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Católica Portuguesa

dimensões *nacional, local e global*. Procurar-se-á, ainda, caracterizar o entendimento *nacional* de uma *museologia local* assim como o entendimento *local* de uma *museologia nacional*, e, por sua vez, o modo como cada uma destas dimensões integra a outra na sua representação da *museologia portuguesa* e do próprio significado atribuído à *cultura* na sua complexidade e no seu devir.

1 - Museus e cultura do *establishment*, museus e cultura locais. Diferentes leituras do tempo.

Foucault definiu “heterotopias” como espaços nos quais “todos os outros locais reais que podem ser encontrados na Cultura, são simultaneamente representados, contestados e invertidos” (Foucault cit. in Bennet 1997: 81). Para Foucault o *museu* e a *biblioteca* são ambos *heterotopias* de um tempo de acumulação que acompanhou o desenvolvimento das culturas ocidentais. Do mesmo modo, as exposições são, segundo o autor, concebidas enquanto articulações entre uma retórica de progresso e uma retórica de nacionalismo e imperialismo. Foucault procurava, assim sublinhar uma concepção hegemónica de História e de Cultura e denunciar a forma como esta vinha sendo manipulada por grupos hegemónicos criando uma racionalidade capaz de forjar consensos, na base do estabelecimento de um regime de verdade ou autenticidade (Hooper-Greenhill 1992).

Hoje somos compelidos a admitir que os Estados vivem a tensão de três leituras da História difíceis de conjugar: (i) uma unificadora que organiza os feitos que permitiram o crescimento económico e político e o ligaram a uma determinada ordem social que está na base das representações de modernidade e de progresso - aquela que Foucault denuncia; (ii) outra que vem gerando novos consensos de preservação de valores sociais e de culturas locais admitindo uma cada vez maior diversidade; (iii) e uma terceira que engloba articulações transnacionais com base na aceitação de vários tempos históricos dependendo do posicionamento relativo de diferentes culturas e de acordo com diferentes sistemas-mundo.

Deste modo, no contexto actual, terá mais sentido falar em *museus* do que numa ideia única de “Museu”. Cada espaço museológico significando, assim, uma concepção particular de “espaço/tempo” funcionando como *power-container*, conceito de Giddens (1981) para descrever a capacidade de armazenamento do tempo longo num dado espaço. Se nas sociedades pré-capitalistas as *idades* foram os primeiros “power container”, nas sociedades do capitalismo organizado é o Estado-nação o grande *contentor* que informa o espaço e o tempo (Lash e Urry 1994). É também o Estado-nação que cria as instituições-museu enquanto locais de contenção dessa dimensão espacio-temporal. No entanto, nas sociedades pós-industriais, ou do *capitalismo desorganizado* segundo Lash e Urry (1994) a função de *contentores simbólicos* do espaço/tempo volta a centrar-se nas cidades, e estas com tendência para se autonomizar e para procurar novas interações no espaço nacional e internacional (Ritchie, 1994). O *capitalismo desorganizado*, permite ainda uma combinação de uma concepção de “tempo evolutivo” e de “tempo instantâneo”. Assim, as grandes instituições-museu, do Estado e da modernidade, contribuiriam, historicamente, para informar o “tempo-evolutivo”; enquanto que os *novos museus*, pelo contrario, jogariam com uma combinação de tempos “evolutivo” e “instantâneo” sendo esta última dimensão informada pela sua vocação pedagógica e por projectos que utilizam a população como recurso. No entanto, e porque poucas são as populações culturalmente homogéneas que permitam fazer referência a um sentido mais tradicional, e de algum modo *imaginado*, de comunidade, esse novo campo de combinação de diferentes concepções do tempo, instantâneo e evolutivo, teria como principal cenário o ambiente cosmopolita das pequenas, médias e grande cidades naquilo que o *cosmopolitismo* contem de actividades intensivas em criatividade e conhecimento, ou seja actividades em que a diversidade cultural adquire uma posição central.

2. Museus locais/museus nacionais

Estamos aqui perante um binómio que se vem afirmando como paradigmático do cenário museológico do nosso país, o que opõe *museus nacionais* a *museus locais*. O movimento de criação dos primeiros museus locais é posterior ao da criação dos museus nacionais, e resultou da

vontade de expansão dos enquadramentos centrais ligado, por sua vez, a uma aspiração das elites-Estado em alargar, e dominar, territorialmente a Nação. Por outro lado, significou o desejo dessas elites na incorporação, *no centro*, de possíveis redefinições das fronteiras, e símbolos, através de novos enquadramentos institucionais resultantes da criação de novos sub-centros (Eisendstadt 1991).

Actualmente, o que marca o cenário museológico português é o crescimento, quase descontrolado², do número de *museus locais*³ face a uma *realidade museológica nacional* incontestada, um pouco esquecida dos consumidores nacionais (bastante mais procurada pelo turismo internacional), ou progredindo a um ritmo demasiado lento, por se encontrar fortemente condicionada por razões de ordem económica e política e até patrimonial/monumental (dado que muitos destes museus são igualmente edifícios classificados), e permanentemente em tensão com outros projectos de Estado e outros investimentos noutras áreas da Cultura nacional. A grande maioria dos *novos museus locais* não são, como outrora, um projecto de Estado mas projectos autárquicos e "locais", com variadíssimas origens, e para os quais o Estado tem dificuldade em encontrar enquadramentos institucionais embora esteja a elaborar "conjuntos de normativos sobre as exigências iniciais e pontos de chegada a que devem submeter-se os projectos dos novos museus" (Silva 1999). Por outro lado, constata-se que grande parte destes *novos museus* parecem querer iniciar, ao nível local, um percurso de tipo idêntico àquele que esteve na origem dos museus nacionais e das suas ramificações locais de outros tempos, ou seja impregnando-os de um sentido que se poderá designar de *localista*, à semelhança do sentido *nacionalista* dos velhos museus nacionais, limitando-se a assimilar a glorificação de factos históricos e feitos locais, de carácter demasiado factológico e até novelesco, assumindo, deste modo, um posicionamento museograficamente ultrapassado. Daí que a recente explosão de novos museus, a nível local⁴, pareça ter mais a ver com o exercício *do poder local*, do que propriamente com uma concepção de museu mais actual.

3 - Cultura nacional e cultura autárquica. Os efeitos da regionalização da década de 80/90

Falar do movimento da *museologia local* em Portugal é falar, deste modo, de um processo de emancipação de poderes locais, e deste no contexto de uma reformulação dos sentidos atribuídos às instituições de cultura e aos consumos culturais das diferentes regiões. De um modo geral poder-se-á afirmar que a defesa dos marcos simbólico-temporais nos seus múltiplos aspectos, e a sua maior ou menor integração no desenvolvimento local, são hoje preocupações mais ou menos retóricas mas generalizadas na concepção da gestão democrática em Portugal. O património cultural como matriz identitária de uma região é uma das fórmulas usadas pelos autarcas para atrair consumidores-turistas e para *vender a sua* região sem interferência directa do Estado. Trata-se, em muitos casos, de um retorno a uma concepção de cidades periféricas sustentada por mecanismos estritamente urbanos e isolando-se do espaço territorial envolvente.

A par com o processo de democratização da sociedade portuguesa, a integração de Portugal no espaço Europeu teve, igualmente, uma influência decisiva na consciencialização, a nível nacional, da problemática do desenvolvimento regional. Uma das consequências deste processo, com influência sobre a manipulação da cultura local, e de uma concepção local de tradição e património, prende-se com o aumento da competitividade intra e inter-regional. A nova ordem Europeia vem assumindo a configuração de uma nova forma de dominação política e de representação assente em negociações, mercantis, entre locais, com repercussões importantes ao nível das culturas dos diferentes *establishment* nacionais e regionais, criando simultaneamente: (i) uma

² A criação de uma Rede Portuguesa de Museus pelo Instituto Português de Museus visa pôr cobro a esta recente situação.

³ Os museus nacionais são 29 enquanto o total de museus recenseados é de cerca de 730.

⁴ Dos 304 municípios em que se divide o país, só 95 não têm museus na sua dependência⁴ (Matos 2000: 64).

consciência de possibilidade de participação das regiões nas novas articulações transnacionais e intra-europeias; e (ii) “uma *ameaça* de perda de identidade local ou regional” (Matos 2000: 65). Trata-se da emergência de tendências (i) centrípetas, a formação e conquista de redes translocais e transnacionais; e (ii) centrífugas, as forças do *regionalismo*, erguidas pelos novos defensores da identidade local e regional. Estas forças, actuando em sentidos opostos colocam em tensão permanente os objectivos e as propostas da União Europeia “pensar localmente e agir globalmente” (Covas 1995).

Em termos gerais, poder-se-á dizer que os poderes locais tendem a ser reactivos às decisões emanadas dos centros, elaborando respostas institucionais, e políticas, por vezes mais conservadoras que as produzidas pelos centros. Proliferam os contentores locais e regionais, com aspirações a tornarem-se contentores-centro, ou *imaginando-se* “centros”. O mesmo que será dizer que a actual tendência para a descentralização política e cultural vem reforçar essa interpretação de um retorno às cidades “power container” com as suas instituições de controlo, por excelência, de um tempo e espaço locais: os museus. O actual fenómeno de verdadeiro *boom* de museus locais, no nosso país, ou *museumania* (como já foi designado) resulta ainda de uma nova fase do processo de maturação da vida autárquica nacional. À medida que as autarquias vão concluindo a instalação de um conjunto de infra-estruturas básicas, passam a poder pensar em equipamentos culturais onde se incluem a criação de museus. “Neste momento, as autarquias detêm um lugar invejável, porque com o crescimento das autonomias regionais é a elas que cabe esse papel regulador que deve começar pela cultura” (Pereira 1994). Se atendermos à escala do tempo de Gurvitch (1977), neste novo contexto o “tempo de criação” e o “tempo em avanço sobre si próprio” teriam algumas possibilidades de se afirmar sobre o “tempo da tradição” ou em “em atraso sobre si próprio”. Esta não parece contudo ser a tendência que se desenha no contexto museológico local. Se algumas soluções locais foram extremamente inovadoras sobretudo no período que sucedeu os acontecimentos de 1974 (o Ecomuseu do Seixal⁵, o parque arqueológico de Mértola), marcando uma nova possibilidade de diálogo cultural em profundidade trazido à superfície por novos actores sociais e de acordo com novos valores - o museu sendo, deste modo, inserido num projecto mais lato de intervenção local que incluiu, e promoveu, a participação das comunidades, “território e população, identidade e desenvolvimento - aparecendo essencialmente associados às autarquias” (Filipe, 1994), esse movimento inovador foi perdendo o fôlego parecendo hoje incapaz de superar as resistências institucionais que impõem a reprodução dos modelos do passado. Sousa Ribeiro (1986: 12), atribui este fracasso na construção de lógicas culturais alternativas a um fracasso de um projecto alternativo de sociedade. Ribeiro refere o progressivo favorecimento de uma lógica institucional e instrumental da cultura, uma lógica imediatista de cultura-divulgação e de reconhecimento público ligada à esfera do poder. “A cultura adquiria a forma de vulgarização ou divulgação, o “povo” transforma-se em “público.”

Esta submissão das instituições culturais à lógica do mercado valoriza a atracção do visitante-turista em detrimento do visitante-cidadão. “Vender a cidade como lugar para a actividade económica depende fortemente da criação de uma imagética urbana atraente, (...) cada cidade deve(ndo) ter a sua zona ribeirinha, o seu centro de convenções, os seus espaços culturais” (Harvey 1989, cit. in Corijn e Van Praet 1997). Por outro lado, a aprendizagem deste novo espaço de intervenção política e cultural local tem favorecido uma pluralidade de hierarquias de interesses que se limitam reciprocamente. A falta de quadros especializados aliados à fragilidade dos próprios planos museológicos levam a que o “tempo em atraso sobre si próprio” pareça querer impor-se, ou, na melhor das hipóteses, um “tempo de alternância”. Se o primeiro reflecte “o forte grau de localismo” do autarca caracterizado frequentemente como *bairrista*, “isto é, um indivíduo que ama a terra da sua naturalidade ou onde trabalha e que coloca a defesa dos seus interesses acima de todos os outros, sem aceitar muitas vezes que o desenvolvimento económico, social e cultural do seu concelho não se confina ao próprio espaço geográfico”⁶ (Oliveira 1989: 389); o segundo é muitas vezes gerado pelo facto dos agentes de mudança terem de enfrentar permanentemente aqueles que se opõem às inovações, situação igualmente condicionada pelos próprios ritmos e contra-ritmos do funcionamento democrático.

⁵ Pela primeira vez a concepção de museu envolve a própria paisagem e a comunidade.

⁶ César de Oliveira refere-se aos resultados de um estudo realizado por investigadores do ISCTE baseado em entrevistas a presidentes de Câmara.

“Num concelho isolado e longe de grandes centros urbanos, o Vereador da Cultura resolve equipar o concelho com um museu, convida para esse efeito um museólogo – que por acaso é daí natural – a elaborar um projecto que contempla as recolhas, montagem da exposição e actividades. Iniciados os trabalhos, o Vereador torna-se um elemento dinâmico nas recolhas, em contactos directos com os párocos, presidentes de Juntas de Freguesia e população. Terminada esta fase é montada uma bem sistematizada exposição que aborda o território e a comunidade nos diferentes vectores socioculturais. Após a sua inauguração o museu inicia as suas actividades de exposições, espectáculos, itinerários, que durante uma ano vão atrair a esta pequena vila milhares de visitantes. O ano seguinte era de eleições, o dinâmico vereador candidata-se a Presidente e é eleito, tomando como uma das medidas o não considerar prioritário o museu. O museólogo abandonou o projecto arrependido de alguma vez o ter aceite, e o museu lá está com uma bem sistematizada exposição mas sem qualquer actividade”. (Matos 2000: 66)

Segundo o autor, “esta situação que seria caricata se não fosse real, mostra bem a dependência dos museus municipais dos executivos autárquicos, a sua utilização para a promoção de carreiras políticas, como *sala de visitas* para convidados oficiais, como fornecedores de *status* para concelho, ou, simplesmente, como armazém de velharias” (Matos 2000: 66)⁷.

"Em torno do património gerou-se um silêncio inédito e perturbador que os técnicos da conservação gerem com a discrição e o saber técnico de agentes eleitos" (Casal 1993: 58).

4 - As quatro formas de produção da globalização segundo Sousa Santos – situação actual e perspectivas futuras da museologia portuguesa

O museu foi criado pelo Estado quando este constrói a Nação, mas vem-se emancipando desta quando Estado e Nação se dissolvem em novas articulações locais e transnacionais.

Boaventura Sousa Santos (1997: 16-17) define *quatro formas de produção da globalização*:

(i) O *localismo globalizado* que "consiste no processo pelo qual determinado fenómeno é globalizado com sucesso";

(ii) O *globalismo localizado* que "consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais";

(iii) O *património comum da humanidade* ou a emergência de temas que, pela sua natureza, são tão globais como o próprio planeta" e que são "geridos pela comunidade internacional em nome das gerações presentes e futuras".

(iv) O *cosmopolitismo* ou a possibilidade dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interacção transnacional criadas pelo sistema mundial;

Quanto à relação que se pode estabelecer entre as duas formas que assume a museologia portuguesa (*nacional e local*) e estes quatro modos de produção da globalização, somos levados a pensar que o fenómeno (reactivo) da *localização* museológica é aquele que melhor parece definir a *produção da globalização da museologia portuguesa*. As autarquias mais ou menos culturalmente homogéneas e/ou auferindo de alguma autonomia política em relação ao poder central, tendem, de acordo com esta interpretação, a defender-se de ser imersas na uniformização globalizante, e nos projectos culturais do Estado afirmando, pelo contrário, a sua especificidade pela sua dimensão local.

(i) O conceito de museu, embora tendo sido na sua origem um projecto dos países ocidentais, e dentro destes das grandes nações hegemónicas, globalizou-se havendo hoje museus em praticamente todos os países do mundo. A necessidade que sentem os países periféricos de afirmação da sua identidade cultural e a sua dimensão histórica explica-se hoje pela necessidade de preservar a própria sobrevivência de cada comunidade, ou pequena nação. É um *localismo* que se globalizou mas em cada local assume uma diferente função de acordo com a

⁷ Resultado de um estudo que incidiu sobre 82 dos 174 museus municipais realizado pela Associação Caminus.

trama das relações culturais. Quer os museus nacionais quer os museus locais de países semi-periféricos, como o nosso, têm a sua origem num *localismo globalizado* embora, no caso português, os museus locais sejam sobretudo influenciados pelo paradigma de um museologia nacional ou seja por um *nacionalismo localizado*.

(ii) A prioridade atribuída ao património nacional nas políticas culturais do Estado português é em si mesma resultado da globalização pela afirmação da singularidade do nosso país no contexto europeu/mundial. Um *globalismo localizado*. A nacionalidade e as culturas nacionais estão dependentes do tempo, e o seu ecletismo fortemente condicionado por um sentido de continuidade entre diferentes gerações, memórias partilhadas em relação a eventos específicos assim como a personagens e um sentido de destino comum por parte da colectividade que partilha essas experiências. Hoje o "passado" ligado ao "local" adquire a expressão de elementos fortemente significantes, mas a sua representação encontra-se desligada dos contextos sociais onde se insere. Uma reconstrução do sentido local do tempo constitui uma ilustração do processo dialéctico entre globalização e localização mas no caso português a articulação entre o global e local faz-se mais pela resistência do que pela incorporação de sentidos de identidade local em articulações globais. Não é um *localismo que se globaliza* mas um *localismo que se localiza*, e só em raras excepções se encontram adaptações locais criativas e contra-hegemónicas de tipo *globalismo localizado*.

(iii) Segundo Lash e Urry (1994) a desorganização do Estado vem significando uma maior consciência do tempo de longa duração ou "glaciar" (uma mudança imensamente longa que envolve toda a Humanidade e permite perceber a relação entre os seres humanos e a natureza). A modernidade criou uma ideia de *Grande Tradição* hegemónica, "de facto uma Grande Tradição não tradicional" (Eisenstadt 1991: 302) ou de um localismo globalizado (Santos 1997). Hoje procura-se integrar nessa ideia outras vertentes que sejam resultantes de globalizações contra-hegemónicas com origem *de baixo para cima* e não *de cima para baixo* - globalismos localizados. É possível distinguir vários grandes padrões de reconstrução da Tradição, de relação entre o desenvolvimento de vários símbolos antigos nos novos enquadramentos. A preservação, e divulgação, de um património cultural constitui-se como um dos conceitos mais globalizados se pensarmos no número de museus e locais patrimoniais espalhados pelo mundo e em franca expansão numérica e geográfica. A modernidade ao globalizar-se trouxe consigo a globalização das funções patrimoniais impressas nos objectos, nos monumentos e nas paisagens candidatos a tornarem-se de toda a Humanidade. "Podemos designar (esta capacidade) como uma capacidade transformadora, ou seja, a capacidade não apenas de adaptação a novas condições internas ou internacionais de mudança, mas também de forjar ou de cristalizar novos enquadramentos institucionais em geral e novos centros em particular" (Eisenstadt 1991: 355).

Hoje mais do que nunca se tenta incluir *a tradição* como parte estruturante da autoconsciência do mundo global em que vivemos, no qual procuramos as raízes modernas agrupadas em torno de um *tempo glaciar* (Santos 1998:4). Trata-se, contudo, não de uma consciência passiva mas reflexiva construída, reinventada, revitalizada (Frieze e Wagner 1999: 120), integrada numa memória colectiva comum em confronto com as demais memórias locais no contexto global. No entanto os casos portugueses em que este aspecto é mais paradigmático – o caso de Sintra e de Évora – supõem a cristalização da paisagem monumental para o turismo e não uma concepção dinâmica capaz de incluir todo um território de forma integrada. No caso de Sintra, a população autóctone está fora da concepção romântica deste património praticamente inabitado e de algum modo encenado. No caso de Évora "a cidade ao mesmo tempo que se abre ao exterior, parece descolar crescentemente da região em que se insere para se articular em rede com áreas mais ou menos distantes" (Ferrão 1995: 33). Preservar para inovar, e inovar para desenvolver: é um desígnio de um centro urbano cujos habitantes rejeitam a ideia de cidade-museu, que não desejam viver no passado mas que dele também não querem prescindir (Ferrão 1995). A ideia de Património seja ele da Humanidade ou duma localidade apenas,

não poderá restringir-se à sua dimensão monumental mas terá de incluir uma dimensão humana e imaterial, ou seja a paisagem no seu todo e em toda a sua biodiversidade da qual as populações deverão ser parte integrante. Por outro lado os discursos sobre a defesa do património tem-se traduzido numa normatividade adversa da mudança, da transitoriedade própria das sociedades humanas, impedindo problematizações mais complexas, antropológicas, capazes de conter o efémero e este tratado com a mesma dignidade do que é permanente, monumental.

(iv) A ideia de *cosmopolitismo* é inseparável da própria ideia de cidade onde a grande maioria dos museus se inclui. "A comunidade não tem hoje os mesmos limites espaço/temporais, nem os mesmos conteúdos significantes, ou as mesmas funções (...) os museus debatem-se entre, por um lado, a individualização e o carácter local do seu significado e mensagem e, por outro, a universalização e globalização dos seus discursos. Que resposta dar às minorias sociais e às periferias culturais, constitui sem dúvida uma das questões principais dos produtores dos museus (...) os museus de hoje encontram-se inseridos num mundo de representações múltiplas" (Fortuna 2000: 27-28). É neste eixo da globalização que parecem poder vir a surgir possibilidades de construção de formas culturais criativas e alternativas capazes de beneficiar a museologia em Portugal. "O museu deverá alargar o seu campo de actividade. É necessário, particularmente em meio urbano, que evoquem o saber, as realizações e as formas de agir de todos que dão à cidade a sua dimensão humana, esforçando-se por obter a participação de toda a população no seu projecto museológico e no seu modo de funcionamento, e tendo consciência que não deverão gerir apenas as suas próprias colecções mas também o conjunto do património, material e imaterial, de um território" (Relatório da UNESCO sobre Cultura e Desenvolvimento 1995).

Cosmopolitismo político, desenvolvimento de acções em parceria, projectos que juntam profissionais de museus, políticos ligados à educação, associações, representantes locais nas áreas da cultura e educação, o governo e o parlamento. Autarquia e museus em ligação com o sistema educativo formal, organizações ambientais, associações de jovens, agentes económicos. Como refere a actual directora do Instituto Português de Museus, "um museu é, deve ser, uma unidade significativa de produção cultural, dedicado à defesa da memória histórica, mas também intervindo nos desafios do presente. Para uma maior eficácia e rentabilização do seu trabalho o museu deverá associar-se a outros museus da sua região, ou de tipologia afim, e também a centros escolares e com as diferentes instancias da vida económica, social e cultural"⁸ (Silva 2000: 15). Cosmopolitismo também profissional. Interface entre indivíduos provenientes de vários campos profissionais correspondentes a diversas "culturas" estéticas e éticas. O arquitecto, o designer, o investigador. A transdisciplinaridade como metodologia.

A estratégia do desenvolvimento local, deverá assim ter presente a optimização de recursos existentes, a participação activa dos seus destinatários e os agentes do processo de desenvolvimento local. Esta concepção da produção da cultura tem vindo a ser exercitada em Portugal na organização de mega-acontecimentos incorporados nas programações dos seus maiores centros urbanos (Lisboa e Porto). Este ciclo de iniciativas que incluiu a Expo'98 e as Capitais Europeias de Lisboa e Porto inaugura um período de estabelecimento de novas alianças entre o mundo da política da cultura e da economia que visam a inserção de novos actores locais nos espaços de concorrência internacional (Ferreira 1998). Contudo, assumindo-se como manifestações culturais singulares não só têm deixado de fora a museologia institucional, como se têm sustentado dos seus melhores profissionais⁹. Há para estes profissionais da museologia uma atracção pela esfera de poder e um desejo de reconhecimento público pelo lado mais mediático da promoção. Há ainda a considerar a sedução da internacionalização possibilitada por estes projectos.

Os museus de dimensão local assim como os nacionais mais ou menos centrais deverão procurar igualmente parcerias transnacionais (entre museólogos, museus, geminação de cidades, comités internacionais e outras formas de organização) e intra-nacionais que lhes devolvam o sentido de *comunidade*. Uma comunidade assente na interdependência e mútua construção

⁸ Tradução do espanhol.

⁹ Veja-se por exemplo caso de António Nabais fundador do ecomuseu do Seixal hoje ligado a estes megaprojectos.

criativa de novas possibilidades. Quer ao nível nacional quer ao nível local o *cosmopolitismo* deverá ser o modo de produção da globalização que melhor poderá integrar os museus no actual contexto de interdependência social e cultural e de procura de soluções criativas para o desenvolvimento. Algumas novas possibilidades gravitarão em torno da "tradição", de uma "tradição" reinventada, outras aceitarão a sua condição híbrida gravitando em torno da "tradução".

Conclusão

A museologia tem-se desenvolvido, e desenvolver-se-á, na progressão da interdependência cultural gerada por fluxos de indivíduos que se visitam: turistas, profissionais, migrantes, vizinhos que se olham mutuamente e em conjunto tendem a confundir-se no sistema global.

A museologia local tem possibilidades criativas únicas que se podem constituir como força alternativa à museologia nacional limitada por questões de poder, do peso do tempo longo da história de si própria e do Estado-nação, e ainda de concorrência simbólica intra e supra-nacional.

O desenvolvimento local em Portugal deve-se em grande medida, às grandes transformações económicas e sociais bem como à melhoria que se tem verificado um pouco por todo o país a nível das acessibilidades. Tem contudo vindo a perder as suas formas comunitárias de museu extra-muros, da segunda metade da década de sessenta primórdios de oitenta, para se vir progressivamente aproximando do que há mais conservador na museologia nacional. Tem-se vindo, igualmente, a perder a parceria com a sociedade civil e a integração do museu em projectos globais de desenvolvimento local, em que a cultura local é tida como um recurso na implementação dos projectos, a favor da projecção do local numa ideia imaginada de nação em que o museu é como o hospital ou a universidade um símbolo de modernização no sistema de competitividade intra e inter-regional.

O cosmopolitismo parece ser a solução para a criatividade museológica quer local quer nacional, e para a contenção de um tipo de desenvolvimento desregrado como a prática excessiva e sem controlo da actividade turística. Em termo nacionais dever-se-á conceber a nação na sua forma mais plural, de uma nacionalidade idealizada dever-se-á partir para uma diversidade de identidades individuais e culturais na sua riqueza e subtilidade. Em termos locais os museus deverão deixar de ser excessivamente *localistas* ou *regionalistas* para integrar igualmente esse sentido plural de comunidade.

Referências bibliográficas:

- Bennet, Tony 1997. *The Birth of the Museum, history, theory, politics*, Routledge.
- Casal, Adolfo Yáñez 1993. Património e Modernidade, *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autaquias*, C.M. de Tondela, 57-61.
- Corijn, Eric e Van Praet, Sabine 1997. Capitais Europeias de Cultura e Políticas de Arte, o caso de Antuérpia, in Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*, ed. Celta, 137-164.
- Covas, António 1995, Políticas de Inovação e Cultura Administrativa. Velhas e novas contradições, in Ferrão, João (org.) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local, actas do encontro realizado em Évora, 23 de Novembro de 1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 71-83.
- Eisenstadt, S. N. 1991, *A Dinâmica das Civilizações, Tradição e Modernidade* Edições Cosmos.
- Faria, Margarida Lima de 2000, ¿ Museos: educación o diversión ? *Museos y Museologia en Portugal* Asociación Española de Museólogos. 19-25.
- Featherstone, Mike e Lash 1999, Scott (eds.) *Spaces of Culture, City-Nation-World*, Sage.
- Ferrão, João 1995, Meios inovadores em cidades de média dimensão: uma utopia razoável? - o caso de Évora, Ferrão, João (org.) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*,

actas do encontro realizado em Évora, 23 de Novembro de 1995, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 31-51.

Ferreira, Claudino 1998, A Exposição Mundial de Lisboa de 1998, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 43-68.

Filipe, Maria da Graça 1994. Ecomuseu no Seixal - construindo um modelo museológico. V *Encontro Museologia Autarquias*, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 21.

Fortuna, Carlos, 1999. Os novo espaços públicos, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 54, Junho 139-148.

Fortuna, Carlos, 2000. La sociedad, el consumo y la crisis de los museos *Museos y Museologia en Portugal* Asociación Española de Museólogos, 26-29.

Friese, Heidron e Wagner, Peter 1999. Not All That Is Solid Melts into Air in Featherstone, Mike e Lash 1999, Scott (eds.) *Spaces of Culture, City-Nation-World*, Sage.

Giddens, Anthony 1981. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Macmillan, Londres.

Gurvitch, Georges, 1977. *Tratado de Sociologia* I vol. Livraria Martins Fontes Ed. Ltda.

Hooper-Greenhill, Eilean, 1992. *Museums and the Shaping of Knowledge*. Routledge, Londres.

Lash, Scott e Urry, John 1994. *Economies of Sign and Space*, Sage, Londres.

Matos, António Perestrelo de 2000. Museus e identidade local, *Museos y Museologia en Portugal* Asociación Española de Museólogos. 63-69

Miles, Roger e Zavala, Lauro (org.), 1994. An architect's view of recente developments in European museums, *Towards the Museum of the Future ,New European perspectives*, Routledge, Londres.

Oliveira, César 1996 "A construção do poder local democrático 1976-1993" in Oliveira, César (org.) *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Printer Portuguesa Ind. Gráfica, Lda.

Oliveira, Luís Valente de 1996, *Regionalização*. Edições Asa, Porto.

Pereira, Paulo 1994. Comunicação in Dossier de Apresentação do V Encontro Museologia e Autarquias, Museu Bordalo Pinheiro.

Póvoas, Liliana et al. 1993. Protocolos de Cooperação com as Autarquias e Salvaguarda do Património Natural, *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, 33-36, Tondela

Ribeiro, Sousa 1986. O Povo e o Público. Reflexões Sobre a Cultura em Portugal no Pós-25 de Abril, *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº18/19/20, 11-26.

Ritchie, Ian, 1994. An architect's view of recente developments in European museums, in Miles e Zavala (org.) *Towards the Museum of the Future ,New European perspectives*, 7 -31, Routledge, Londres.

Santos, Boaventura Sousa 1997. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 48, Junho, 11- 32

Santos, Boaventura Sousa 1998. *Tempo, códigos barrocos e canonização*. Revista Crítica de Ciências Sociais 51, Junho, 3-20.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), 1998. *As Políticas Culturais em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais, Lisboa.

Silva, Raquel Henriques 1999. Comunicação no 11º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias das Caldas da Rainha (não publicada).

Silva, Raquel Henriques 2000. Conversación con Maria da Luz Nolasco. *Museos y Museologia en Portugal* Asociación Española de Museólogos. 11-15.

Welsh, Wolfgang 1999. "Transculturality: the puzzling form of cultures today", Mike e Lash 1994, Scott (eds.) *Spaces of Culture, City-Nation-World* Sage, 194-213.